

*Brasília, 31 de março de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Estadão.com.br - Últimas Notícias

Segunda-feira, 30 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

**INPI fecha escritório em Estado líder de patentes ..... 3**

Segunda-feira, 30 de março de 2026 | Patentes

**Tempo da ciência em debate: atraso no sistema de patentes reacende discussão so... ..... 4**

## Folha.com

Segunda-feira, 30 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Entre o atraso e o direito: o debate necessário sobre patentes no Brasil ..... 6**

## INPI fecha escritório em Estado líder de patentes

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** fechou seu escritório na Paraíba, Estado líder em pedidos de **patentes**, segundo dados do órgão. A filial funcionava desde 2019 por meio de uma parceria, sem custos diretos ao órgão, com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, de Campina Grande (PB). Como mostrou a Coluna do Estadão, em 2025 o País registrou o menor número de patentes em cinco anos.

Procurado, o **INPI** afirmou que continuará o atendimento à Paraíba na modalidade virtual com a mesma equipe de dois funcionários. O órgão acrescentou que o encerramento da filial busca otimizar a distribuição de recursos no País. Leia o comunicado ao fim da reportagem.

Paraíba é destaque em área de **patentes** de invenção. Em um relatório publicado em setembro passado, o **INPI** afirmou que, na área de **patentes** de invenção, "o destaque positivo é a Paraíba, com índices elevados a partir de 2016". O bom resultado, seguiu o instituto, "é fruto de ação conjunta das universidades do estado, com participação do governo estadual", que se conectam por meio do Parque Tecnológico.

O ranking mais recente do instituto, referente a 2024, mostra que a Universidade Federal de Campina Grande foi a terceira maior depositante do País de **patentes** de invenção, com 86 pedidos. Ficou atrás apenas da Petrobras e da montadora Stellantis.

A Universidade Federal da Paraíba ficou em quarto lugar, e a Universidade de São Paulo, a maior do Brasil, em décimo. Esse quadro vem se mantendo ao longo dos últimos anos.

Leia o comunicado do **INPI**

"O **INPI** esclarece que mantém o Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, de Campina Grande (PB), para disseminar a **propriedade industrial** em todo o estado. O acordo, inclusive, foi renovado recentemente por mais cinco anos, com a intenção de ampliar ainda mais as ações dessa parceria e fomen-

tar a geração de novas **patentes** e demais ativos de **propriedade industrial**.

A única mudança foi o fim da unidade física do Instituto no local. Porém, a equipe do **INPI** na Paraíba, composta por dois especialistas, continua a residir e atuar no estado, incluindo uma rotina de reuniões presenciais com os parceiros locais para impulsionar cada vez mais a inovação regional. Também está prevista a ida de outros especialistas do **INPI** para atividades presenciais no estado, em função dos setores tecnológicos demandados, ampliando o espectro de ações em 2026.

A mudança faz parte de uma reorganização regional do **INPI** para ampliar o escopo geográfico de atuação e melhorar a distribuição dos recursos disponíveis entre as 27 unidades da federação. Nesse modelo, o **INPI** adotou uma organização em superintendências, que atuam em todos os estados da região.

Na escolha do local para a sede das superintendências, adotou-se o critério técnico do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID-Resultado), desenvolvido pelo **INPI**, buscando-se o local com maior concentração de atividades voltadas à inovação, demandas industriais e acesso aos fluxos da região.

A unidade da Paraíba, com a mesma equipe, continua a existir como unidade virtual, sem sede física, e está subordinada à Superintendência Nordeste, que, com base no IBID-Resultado, tem como sede física Recife. As outras quatro superintendências estão localizadas nas seguintes cidades: Florianópolis, São Paulo, Brasília e Manaus.

Cabe ressaltar, por fim, que a reorganização também faz parte da estratégia do **INPI** para otimizar seus serviços e reduzir cada vez mais os prazos para concessão dos direitos de **propriedade industrial**."

## Tempo da ciência em debate: atraso no sistema de patentes reacende discussão sobre inovação em saúde



Estadão

Saúde

O tempo, na saúde, não é apenas um número. Ele se traduz em expectativa de recuperação, qualidade de vida e esperança. Para que um novo tratamento chegue ao paciente, são necessários anos, muitas vezes décadas, de pesquisa científica, investimentos elevados e um ambiente regulatório capaz de transformar conhecimento em inovação aplicada.

No Brasil, porém, um gargalo estrutural no sistema de **patentes** tem levantado preocupações entre pesquisadores, empresas e especialistas em inovação. A demora na análise de pedidos pode consumir parte significativa do período de exclusividade previsto em lei, reduzindo o tempo efetivo de proteção das tecnologias e afetando a viabilidade econômica de projetos científicos de longo prazo.

Tempo é fator decisivo na inovação em saúde e atraso na **concessão de patentes** no Brasil reacende debate sobre segurança jurídica, investimentos de longo prazo e acesso a novas terapiasFoto:

Um exemplo frequentemente citado nesse debate é o da tecnologia associada à polilaminina, uma molécula ligada à regeneração de tecidos e estudada por seu potencial em terapias para reparação celular. O pedido de **patente** foi protocolado em 2008, mas a decisão administrativa só foi publicada em 2025, após 17 anos de espera. Nesse intervalo, grande parte do prazo legal de proteção já havia transcorrido.

Para especialistas, a demora produz impactos que vão além da esfera jurídica. Segundo Thiago Falda,

presidente da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) e porta-voz do Movimento Brasil pela Inovação, a proteção formal prevista em lei não reflete necessariamente o valor real da patente.

"Uma patente tem 20 anos no papel, mas a efetividade dela só se materializa a partir do momento em que ela é concedida. Por isso, é importante que seja concedida num prazo mais curto. Esse atraso gera risco e insegurança durante todo o período em que o pedido ficou em atraso", afirma.

Hoje, três propostas em tramitação no Congresso Nacional - o Projeto de Lei (PL) 5.810/2025, a emenda 4 ao Projeto de Lei (PL) 2.210/2022 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 32/2026 - buscam enfrentar esse problema ao prever mecanismos de compensação quando o atraso na concessão da patente decorre da própria administração pública.

A deputada federal Renata Abreu, presidente do Podemos e autora do PLP 32/2026, afirma que o problema afeta diretamente o ambiente de inovação no País. "Infelizmente, no Brasil, as concessões demoram muito. Como o prazo começa no pedido do protocolo, no caso da tecnologia associada à polilaminina, por exemplo, ela tem 4 anos para usufruir da **patente**. É muito pouco. A gente precisa criar mecanismos de incentivo", diz.

Entre as medidas discutidas no Congresso, está a criação de um mecanismo de ajuste do prazo de vigência das patentes quando o atraso resulta de demora administrativa. As propostas não preveem extensão automática do período de proteção nem ampliam direitos além do previsto em lei, mas buscam recompor o tempo perdido por falhas do próprio Estado.

Segundo Falda, os projetos em discussão partem dessa lógica de correção de distorções institucionais. "Esses três projetos de lei que estão hoje no Congresso Nacional tramitando tratam cada um com a sua redação, mas endereçam exatamente esse ponto, cobrem esse vácuo, não deixando de forma automática, e trazendo a segurança necessária para

o desenvolvimento das tecnologias", afirma.

O PLP 32/2026 também inclui instrumentos para fortalecer a proteção de tecnologias consideradas estratégicas e estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento no País. "Então, o projeto prevê primeiro um fundo para garantir essas **patentes** estratégicas mantidas pelo Estado. Prevê um termo de ajuste de **patente**, ou seja, uma compensação pela burocracia do Estado, além de uma série de outros incentivos olhando para o fato prático", explica a deputada Renata Abreu.

Para especialistas, a discussão ultrapassa o campo jurídico e envolve a capacidade do Brasil de atrair investimentos em ciência e inovação. Falda ressalta que a decisão do Congresso terá impacto direto sobre o ambiente de pesquisa no País. "Basta agora a vontade política. A gente precisa entender qual é a consequência disso para a inovação. Se queremos

um país realmente inovador, precisamos discutir como alcançar essa excelência", afirma.

29/03/2026 | 09h11|GSK e Estadão Blue Estúdio

29/03/2026 | 09h09|GSK e Estadão Blue Studio

Clube Estadão

Assine o Estadão

Assine o Estadão

Ciência

Estadão Verifica

Saúde

Tudo Sobre

Estadão Blue Studio

Estadão RI

## Entre o atraso e o direito: o debate necessário sobre patentes no Brasil



Durante evento promovido pelo Jota e em publicação recente na Folha, o presidente do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)**, Júlio César Moreira, afirmou que os atrasos na análise de pedidos de **patente** não decorrem de falhas exclusivas da autarquia, mas, em grande medida, de erros formais cometidos pelos próprios depositantes - e que, caso se atribuísse ao **Inpi** a responsabilidade pela extensão de prazos, negaria "quase 100%" dos pedidos, atribuindo os atrasos a inconsistências nos requerimentos.

A declaração, embora relevante, demanda uma análise mais cuidadosa, pois apresenta uma visão no mínimo incompleta.

O primeiro ponto diz respeito ao uso recorrente da expressão "extensão de **patentes**". O termo, amplamente difundido no debate público, simplifica uma discussão complexa. O chamado "Patent Term Adjustment" (PTA), ainda em debate no Brasil, não busca estender indevidamente a proteção patentária. Trata-se de um mecanismo de recomposição do prazo de exclusividade - usualmente 20 anos contados do depósito, nos termos da Lei de **Propriedade Industrial** - quando há prejuízo decorrente de atraso imputável exclusivamente à administração pública.

Nessa perspectiva, o PTA atua como instrumento de equilíbrio, garantindo ao inventor o período integral de exploração econômica de sua inovação. Assim, ajustes de prazo não configuram benefício adicional, mas a recomposição de um direito afetado por ineficiência estatal, desde que devida-

mente comprovado.

Outro ponto refere-se à atribuição dos atrasos aos erros formais dos depositantes. Embora essas falhas possam impactar a duração da análise, é fundamental distinguir as diferentes fases do exame de patentes.

O ponto central do debate sobre o PTA não está na análise técnica, mas no período anterior, entre o requerimento de exame e a distribuição do pedido a um examinador. É neste lapso temporal que está um dos principais gargalos do sistema brasileiro, com uma espera média que pode chegar a quatro anos.

Neste período, não há atuação do examinador nem avaliação de inconsistências formais. Assim, os atrasos dessa etapa não podem ser atribuídos aos depositantes, mas às limitações da administração, que, reconhecemos, vêm sendo tratadas pelo **INPI** nos últimos anos de forma incansável.

Embora erros formais contribuam para os atrasos, não abrangem o cerne da discussão. O PTA busca compensar o período anterior ao exame, em que a inércia administrativa pode consumir parte significativa do prazo de exclusividade da patente.

Esse cenário reforça a relevância do debate legislativo em curso no Congresso, especialmente no Projeto de Lei 5.810/2025 e na Emenda 4 do Projeto de Lei 2.210/2022, que buscam maior previsibilidade, segurança jurídica e efetividade na proteção à inovação.

Em um ambiente econômico orientado pelo conhecimento e pela tecnologia, assegurar a **propriedade intelectual** é um fator estratégico para o desenvolvimento do país. Ignorar as falhas estruturais ou reduzir o debate a erros formais compromete a construção de soluções mais equilibradas e alinhadas às práticas internacionais.

O desafio não está em atribuir responsabilidades de forma simplificada, mas em reconhecer a complexidade do sistema e avançar em soluções que promovam eficiência sem comprometer direitos. Esse equilíbrio é essencial para consolidar um ambiente previsível, seguro e atrativo ao investimento em

inovação no país.

**TENDÊNCIAS / DEBATES** Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal.

Sua publicação obedece ao propósito de estimular o

debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

# Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório   INPI .....	1,4,5
Patentes .....	1,2,3,4,5
Propriedade Industrial .....	1,4,5
Propriedade Intelectual .....	4,5